

O MOVIMENTO ESTUDANTIL NA GUANABARA DE 1964 A 1968: CONTEXTO, OBJETIVOS, ESTRATÉGIAS E CONSEQUÊNCIAS *

*Marcelo Nogueira de Siqueira ***

Resumo. Este artigo contextualiza o movimento estudantil na Guanabara entre 1964 e 1968, analisando seus grupos políticos, ideologias, propostas e estratégias de ação. Nestes primeiros anos de ditadura civil militar, o movimento estudantil representou a principal força de oposição, promovendo impactantes manifestações de protesto. O governo intensificou seu processo de repressão, causando conflitos de grande escala e um incontável número de vítimas e prisões, fornecendo elementos para o endurecimento do regime, como sugere as Atas do Conselho de Segurança Nacional de 1968.

Palavras-chave: Movimento estudantil; Ditadura civil militar; Memória; Arquivo.

THE STUDENTS' MOVEMENT IN THE FORMER STATE OF GUANABARA BETWEEN 1964 AND 1968: CONTEXT, OBJECTIVES, STRATEGIES AND CONSEQUENCES

Abstract. Current essay contextualizes the students' movement in the former state of Guanabara between 1964 and 1968 and analyzes its political groups, ideologies, proposals and strategies. During the early years of the civil-military dictatorship the students' movement was the main opposition force through the promotion of impacting protest manifestations. The state government intensified the repression process and caused terrible and large scale conflicts with innumerable victims and detentions. In fact, it helped in the political hardening of the military regime as was suggested by the Minutes of the National Security Council in 1968.

Keywords: Students' Movement; Civil and military dictatorship; memory; Archives.

* Artigo recebido em 12/08/2011. Aprovado em 30/08/2011.

** Mestre em História. Arquivista do Arquivo Nacional/RJ. E-mail: mnsiq@yahoo.com.br

EL MOVIMIENTO ESTUDIANTIL DE GUANABARA ENTRE 1964-1968: CONTEXTO, OBJETIVOS, ESTRATEGIAS Y CONSECUENCIAS

Resumen. Este artículo contextualiza el movimiento estudiantil de Guanabara entre 1964 y 1968, analizando sus grupos políticos, ideologías, propuestas y estrategias de acción. Durante los primeros años la dictadura civil militar, el movimiento estudiantil representó la principal fuerza de oposición, promoviendo manifestaciones de protesta impactantes. El gobierno intensificó su proceso de represión, causando conflicto de gran escala e innumerables víctimas y prisiones, suministrando elementos para el endurecimiento del régimen, como sugieren las Actas del Consejo de Seguridad Nacional de 1968.

Palabras Clave: Movimiento estudiantil; Dictadura civil militar; Memoria; Archivo.

INTRODUÇÃO

A memória, elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, tem por objetivo salvar o passado para servir o presente e o futuro. Sem memória não há passado e é pelo testemunho que ela se transforma em história. Maurice Halbwachs (2006), em seu estudo sobre memória coletiva, destaca que a ideia de memória individual, absolutamente separada da memória social, é uma abstração desprovida de significado. Pierre Nora (1984) denomina “lugar de memória” o espaço de guarda e preservação desta memória.

Os arquivos são tradicionalmente identificados como esses lugares de memória. Por sua constituição e finalidades, os arquivos, além de serem instituições de gestão, guarda e preservação, são também responsáveis pelo tratamento técnico de acervos documentais, permitindo à sociedade o acesso e a recuperação da informação de seu conteúdo, cumprindo assim sua função social. Outras instituições, de caráter e particularidades diversas, são entendidas igualmente como lugares de memória, como bibliotecas, museus e centros de documentação.

Pela função que desempenham, os meios de comunicação também se constituem em lugares de memória, pois trabalhando com o tempo presente produzem uma noção de contemporaneidade histórica. “A mídia, principalmente a jornalística, indica entre os fatos da atualidade, aqueles que devem ser memoráveis no futuro, reinvestindo-os de relevância histórica” (RIBEIRO, 2007, p. 7). Torna-se quase impossível

pensar uma história da sociedade contemporânea, sem utilizar como fonte os registros de imprensa.

Não é objetivo da História, a recuperação fiel de um passado, mas interpretá-lo a partir de suas fontes, que também devem interpretadas e analisadas. Os registros de imprensa são fontes importantes, pois são produzidos no “calor da hora”, indicando sentimentos, opiniões, interesses. Também são relevantes, pois factualmente servem como apoio à análise, ao indicarem datas, nomes e lugares. Todos os documentos, inclusive os de origem na imprensa (jornais, revistas, fotografias, programas de rádio, televisão etc), são produzidos por meio da intenção do produtor, e derivado de sua atividade, portanto nenhum documento é isento de imparcialidade. A “verdade” de um documento é a “verdade” de seu autor/produtor. Como afirma a historiadora e jornalista Marialva Barbosa, “a tarefa da história não é, pois, recuperar o passado tal como ele se deu, mas interpretá-lo. A partir dos sinais que chegam até o presente, cabe tentar compreender a mensagem produzida no passado dentro de suas próprias teias de significação” (BARBOSA, 2007, p.13). O historiador britânico John Lewis Gaddis, citando o princípio de incerteza de Heisenberg, escreve que “o ato de observar modifica o objeto observado” (GADDIS, 2003, p. 44) e para Walter Benjamin, filósofo alemão do século XX, “articular historicamente o passado não significa conhecê-lo ‘como ele de fato foi’. Significa apropriar-se de uma reminiscência” (BENJAMIN, 1994, p. 224).

No primeiro parágrafo da apresentação do livro *113 dias de angústia: impedimento e morte de um presidente*, seu autor, o jornalista Carlos Chagas, que foi Secretário de imprensa do Presidente Costa e Silva em seu governo (1967-1969), escreve

Jamais haverá uma só verdade. Cada fato acontece uma vez, apenas. Quando está acontecendo, é a verdade integral no tempo presente. Mas depois são as suas versões que se tornam em muitas verdades (ou mentiras). Cada participante, cada espectador, cada intérprete, possui a sua verdade própria, quase sempre honesta e real para o detentor, mas nem por isso a verdade inteira. Essa existia, mas já passou. E nem mesmo a soma de todas as verdades individuais resultaria novamente na verdade primeira do fato (CHAGAS, 1979, p.19).

Se História são versões e Memórias um processo de construção, as “verdades”, nunca absolutas, são plurais, alvos de disputas e interesses. O emblemático período entre 1964 e 1968 para o movimento estudantil

brasileiro é constantemente rememorado. As disputas em torno de sua memória, assim como o embate entre suas narrativas, o fazem objeto de uma quase eterna discussão sobre seus múltiplos significados e heranças históricas. A construção de uma memória midiática acerca desse período, principalmente em relação a 1968, proporciona uma falsa ideia de coerência e uniformidade do período, sobretudo das lutas e protestos contra o governo militar.

Nos últimos anos, inúmeros estudos, trabalhos acadêmicos, reportagens, documentários e obras diversas foram produzidas sobre o período em que o Brasil viveu sob o regime militar (1964-1985). Podemos dividir essa produção intelectual em obras historiográficas, jornalísticas, didáticas, de ficção e memorialísticas. Grande parte se utiliza, de forma maior ou menor, da farta documentação produzida no período ou sobre ele, seja de caráter jornalístico (jornais, revistas, programas de rádio, televisão etc), oficial ou com base na memória de participantes (depoimentos, entrevistas etc).

Para uma ampla análise do contexto, constituição, práticas e objetivos do movimento estudantil neste período, faz-se necessária a percepção de suas mais variadas fontes documentais e evidências históricas. A pesquisa em conjuntos documentais como os do Departamento de Ordem Política e Social do Estado da Guanabara, do Sistema Nacional de Informações, do Superior Tribunal Militar, do Conselho de Segurança Nacional e dos fundos privados de ex-estudantes devem estar associados à pesquisa em jornais e revistas da época, à literatura sobre o período, em obras artísticas e culturais e aos inúmeros depoimentos de suas lideranças – e também de estudantes da base, dos não-engajados, de policiais e militares (incluindo os de baixa patente) autoridades e cidadãos, que normalmente não são ouvidos e estudados. Somente com esta variada gama de versões, poderemos perceber a dimensão e a consequência dos atos de resistência e enfrentamento praticados pelo movimento estudantil nos primeiros anos do regime militar brasileiro, iniciado em abril de 1964.

O MOVIMENTO ESTUDANTIL

A partir da década de 1960, o número de universidades no Brasil aumentou consideravelmente, bem como o processo de federalização dessas instituições. Mesmo com o aumento de vagas e de cursos oferecidos, a procura foi bem superior, em virtude do crescimento populacional das cidades e da consolidação de uma classe média urbana,

causando crescente tensão no meio estudantil secundarista que desejava ingressar na universidade. Com o surgimento dessas instituições e a criação de novos cursos, aumentou o número de estudantes universitários, proporcionando crescimento de centros e diretórios acadêmicos, fortalecendo, assim, as organizações estudantis. A União Nacional dos Estudantes (UNE) participava com grande destaque não só da vida política nacional como também da intensa efervescência cultural da época, produzindo e difundindo obras na área teatral, cinematográfica e musical.

Nesse início de década, o país vivia um processo de radicalização política, em razão da campanha pelas reformas de base propostas por João Goulart que congregava amplo conjunto de forças progressistas, incluindo as organizações estudantis. A tensão entre propostas, interesses e modelos econômicos das forças conservadoras e progressistas culminou na deposição do Presidente João Goulart no golpe iniciado em 31 de março de 1964 e concluído no dia seguinte, 1º de abril, com a vitória dos grupos conservadores. Esse movimento, amplamente apoiado pelas forças militares, igreja, imprensa e classe média, não sofreu maiores resistências e foi rapidamente consumado com o apoio de grande parte dos setores políticos. Nos momentos seguintes ao golpe, uma onda repressora atingiu pessoas, entidades e associações civis e políticas identificadas com a frente nacionalista e de esquerda que dava sustentação ao projeto de governo de João Goulart. Vários dirigentes, sindicalistas, intelectuais e políticos foram presos, entidades fechadas e suas atividades proibidas. A sede da UNE, na praia do Flamengo, zona sul do Rio de Janeiro, foi destruída por um incêndio criminoso e todas as organizações estudantis foram extintas e proibidas.

Com a extinção da UNE, a proibição de greves e atividades políticas de entidades estudantis e a perseguição a pessoas associadas aos movimentos progressistas de esquerda, boa parte da diretoria da UNE e um grande número de estudantes se exilou ou entrou na clandestinidade. Porém, mesmo com o fechamento das entidades estudantis, as atividades políticas dos estudantes nas universidades continuaram de modo intenso. Se as lideranças, em um primeiro momento, foram perseguidas e tiveram que se afastar, o mesmo não aconteceu com a base do movimento estudantil, que nesse instante foi poupada, propiciando a formação de uma nova geração e o surgimento de outros líderes.

Havia três forças relevantes organizadas no movimento estudantil universitário a partir desse momento: a Ação Popular (AP), que se mantém após o golpe congregando segmentos moderados, mas com uma

direção com tendências revolucionárias; as dissidências do Partido Comunista Brasileiro e a Organização Revolucionária Marxista – Política Operária, a ORM-Polop, que possuía forte estruturação teórica.

Estudantes que militavam na Ação Popular iniciaram o processo de reorganização da UNE, promovendo reuniões e assembleias clandestinamente, da mesma forma que articulavam manifestações de protesto, greves e pequenas passeatas. Nas universidades e em entidades estaduais e regionais de organização estudantil havia grande luta pelo controle político, com disputas acirradas e divergências teóricas e metodológicas.

Em março de 1965, na aula inaugural da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), o Presidente Castelo Branco foi vaiado por estudantes, causando a prisão de alguns deles. O episódio mexeu com os brios do movimento estudantil provocando solidariedade e mobilização dos diretórios acadêmicos e da União Metropolitana dos Estudantes (UFRJ, 2006, p. 31). No mesmo ano, o CACO-Livre, centro acadêmico independente da Faculdade Nacional de Direito da UFRJ, iniciou uma série de manifestações de rua e uma greve pela melhoria do bandeirão. Logo em seguida, promoveu, juntamente com estudantes de filosofia da mesma universidade, o primeiro ato oficial do movimento contra o regime militar: um julgamento público do governo em plena Central do Brasil envolvendo estudantes e trabalhadores. O ato não teve a repercussão desejada, pois no mesmo dia foi decretado o Ato Institucional n. 2, que esvaziou a manifestação e atraiu o interesse da mídia e da população.

No ano seguinte, 1966, o governo militar firmou uma parceria com os Estados Unidos para a instalação no país do modelo educacional norte-americano, ao criar o Acordo MEC-Usaid, que sofreu ampla crítica do movimento estudantil que o considerava como ação imperialista dos norte-americanos e uma ingerência dos Estados Unidos na educação nacional. Ocorreram inúmeras manifestações de protesto em diversas universidades brasileiras, fortalecendo a articulação do movimento estudantil, que promoveu, no Rio de Janeiro, a primeira grande passeata contra o regime militar.

No congresso clandestino da UNE, em São Bernardo do Campo-SP, houve a prisão de 178 estudantes, greves foram deflagradas em São Paulo, passeatas de protesto tomaram as ruas de Minas Gerais e no Rio de Janeiro foram suspensas as aulas na Faculdade Nacional de Direito.

Esse contexto constituiu a fase inicial do processo que fez de setembro de 1966 um dos meses mais agitados e intensos do movimento estudantil.

No dia 22 de setembro, houve grande passeata de protesto contra o governo na praia Vermelha, em frente à Faculdade Nacional de Medicina da UFRJ. Com as palavras de ordem “povo organizado derruba a ditadura”, 600 estudantes iniciaram uma assembleia no interior da FNM. A polícia chegou e tentou entrar, mas os estudantes não deixaram, trancando as portas e fazendo barricadas, enquanto isso a polícia bloqueava as saídas não deixando ninguém sair. Discussões, debates e articulações aconteceram em ambos os lados, porém as negociações não avançaram e na madrugada a polícia invadiu a faculdade acabando violentamente com a ocupação, promovendo espancamentos e prisões. Esse episódio, o de maior violência até então contra estudantes e que seria um marco divisor do movimento estudantil, passou a ser conhecido como “Massacre da Praia Vermelha”.

No início de 1967, o movimento estudantil estava se rearticulando, pois após o Massacre da Praia Vermelha o típico jovem que participava do movimento “virou vanguarda, liderança ou nunca mais participou de passeata”.¹ Em janeiro do mesmo ano, o Congresso Nacional promulgava outra Constituição e uma nova Lei de Imprensa. Inicia-se uma mobilização estudantil em apoio aos excedentes do vestibular, com prisão de inúmeros estudantes. Após a posse de Costa e Silva, é decretada a extinção dos órgãos estudantis e a criação da Lei de Segurança Nacional. Em virtude dos protestos dos estudantes cerca de mil deles são presos na Guanabara. Em abril, mês do desmantelamento da Guerrilha do Caparaó, há inúmeras manifestações no Rio de Janeiro e no Distrito Federal. No mês seguinte, as manifestações e passeatas contra o acordo MEC-Usaid tomam conta de diversas cidades pelo país. Em razão da demolição do antigo restaurante central dos estudantes e da inauguração de um novo, de forma precária, em outro local, várias passeatas e manifestações acontecem no centro do Rio de Janeiro. O Calabouço, como era mais conhecido o restaurante, teve sua demolição sacramentada por causa da construção de um trevo viário e de obras locais de urbanismo. Ele funcionava ao lado do Museu de Arte Moderna, em frente ao Aeroporto Santos Dumont, e foi transferido para um terreno do Estado ao lado da Avenida General Justo, perto do Comando da Aeronáutica e cerca de 500 m do local original.

¹ Depoimento de Vladimir Palmeira ao autor em 2008.

Em agosto, aconteceu o Congresso da UNE em um convento em Campinas-SP. No final do ano, o movimento estudantil, já reorganizado, protestava contra as anuidades nas universidades por todo o país e, no Rio de Janeiro, contra as péssimas instalações do restaurante Calabouço.

No início de 1968, o movimento estudantil, embora fortalecido e organizado, encontra-se polarizado em dois blocos: a Ação Popular e as dissidências do Partido Comunista.

As reivindicações estudantis no Rio de Janeiro, nesse início de ano, concentravam-se nas questões dos alunos excedentes do vestibular, do acordo MEC-Usaid e dos protestos contra as obras inacabadas do novo restaurante Calabouço, que viria a ser o cenário do estopim da radicalização do movimento contra o governo. Em fevereiro, a classe teatral, insatisfeita com a censura, suspende por três dias as apresentações de peças e espetáculos.

No dia 28 de março, os estudantes se reuniram para protestar contra as condições do novo Calabouço, que ainda estava inacabado e necessitava de várias obras. O movimento estudantil tinha na Frente Unida dos Estudantes do Calabouço (FUEC) o porta-voz das reivindicações dos que pediam melhorias nas instalações do restaurante e da comida por lá servida. A polícia e as autoridades acusavam seus frequentadores de serem estudantes profissionais, agitadores e de transformar o local em um centro de atividades subversivas.

Edson Luís de Lima Souto, 18 anos, era um de seus típicos e assíduos frequentadores. Oriundo de uma família pobre de Belém do Pará, veio para o Rio de Janeiro morar com parentes, estudar e tentar ganhar a vida. Morador do subúrbio passava o dia no Calabouço, pois estudava no Instituto Cooperativo de Ensino, anexo ao restaurante onde fazia suas refeições e ganhava algum dinheiro fazendo pequenos serviços. Não era um “estudante profissional” ou “agitador”, muito menos fazia parte da liderança do movimento estudantil.

Quando a Polícia Militar chegou para acabar com a manifestação, com sua já conhecida truculência, foi recebida com pedras, vaias e provocações. Na confusão instaurada, um policial atirou contra a multidão atingindo Edson Luís e ferindo-o mortalmente (fato negado pela polícia nos dias seguintes). Seus colegas o socorreram e o levaram carregado até a Santa Casa de Misericórdia, aonde já chegou morto. Indignados, seus companheiros tomaram o corpo do estudante e saíram em passeata em direção à Assembleia Legislativa, na Cinelândia. Tinham por objetivo mostrar aos deputados o produto daquela repressão e

proteger o corpo da Polícia Militar, já que imaginavam que a própria polícia poderia sumir com o cadáver. O cortejo seguiu pela Rua Santa Luzia e se encaminhou para a Embaixada americana na Avenida Presidente Wilson. Sob os gritos de “assassinos”, os jovens atiraram pedras contra os vidros da Embaixada, fazendo com que a polícia e os seguranças reagissem, provocando mais um corre-corre. Os estudantes seguiram e rumaram pela Avenida Rio Branco em direção à Assembleia Legislativa, onde atualmente funciona a Câmara dos Vereadores do Rio de Janeiro.

A notícia logo chegou a todos os cantos da cidade. Inúmeros estudantes, jornalistas e curiosos começaram a rumar para a Cinelândia para acompanhar o velório. Os deputados ficaram atônitos, mas nada podiam fazer, pois a Assembleia já estava tomada pelos estudantes revoltados. O corpo foi colocado numa mesa e coberto até a cintura por uma bandeira brasileira. Alguns cartazes foram afixados ao seu redor e inúmeros discursos foram proferidos durante a noite, sempre com a exibição da camisa ensanguentada do jovem morto. A autópsia teria de ser feita ali mesmo, pois os estudantes se recusavam a liberar o corpo.

Tomada por estudantes, jornalistas, artistas, políticos e curiosos, a Assembleia Legislativa tinha se tornado palco de protestos acalorados contra o regime militar. Na madrugada do dia 28 para 29 de março, o corpo de Edson Luís fora autopsiado e colocado no caixão. Discutiu-se o trajeto do cortejo fúnebre que o levaria até o cemitério São João Batista, no bairro de Botafogo. Os estudantes recusaram o oferecimento de um carro dos bombeiros, o cortejo seria feito a pé.

Na manhã do dia 29, uma multidão, portando faixas e cartazes de protesto, aglomerava-se na Cinelândia. Nas escadarias da Assembleia inúmeros discursos se sucediam, até que por volta das 16h deu-se início ao cortejo. O caixão, coberto com a bandeira nacional, era conduzido nos ombros pelos estudantes que se revezavam a cada instante. Uma multidão, estimada em cerca de 50 mil pessoas, seguia em silêncio, interrompido, por vezes, por palavras de ordem. Dos prédios, as pessoas batiam palmas, acenavam com lenços brancos e jogavam papel picado. O cortejo seguiu pelo Passeio Público, Lapa, Glória e, no final da tarde, chegou à praia do Flamengo. Ao passar em frente ao prédio abandonado da antiga sede da UNE, ilegal naquele momento, Vladimir Palmeira e outras lideranças estudantis invadiram o prédio e, de uma das janelas, proferiram inflamados discursos contra o regime militar enquanto uma bandeira dos Estados Unidos era queimada sob aplausos.

Ao chegar à praia de Botafogo já era noite. A luz havia sido cortada e a escuridão era vencida pelas velas acesas e tochas improvisadas pela multidão. Por volta das 19h, o cortejo chegou ao São João Batista. As portas já estavam trancadas, mas a multidão as arrombou. Cerca de 10 mil pessoas ainda estavam presentes, e ao som do hino nacional, Edson Luís foi sepultado. A dispersão foi em silêncio, contudo, entre os estudantes, uma frase era dita em tom de juramento e repetida como uma senha do que estava por vir: “Neste luto, começou a luta!”. No decorrer da noite inúmeros confrontos aconteceram. As forças policiais, que durante o enterro não apareceram, reprimiram com violência as manifestações posteriores ao sepultamento. Por todo país houve protestos, a rebelião estudantil havia começado.

Nos dias seguintes à morte de Edson Luís, o Rio de Janeiro presenciou intensas mobilizações de protesto, principalmente no 1º de abril, quarto aniversário da deposição de João Goulart, quando houve inúmeros conflitos pelas ruas da cidade. No dia 2, uma comissão de estudantes e intelectuais agendou a missa de sétimo dia de Edson Luís, na Igreja da Candelária, no Centro da cidade. Outras missas também foram marcadas, e uma manifestação nas escadarias da Assembleia Legislativa foi proibida pela polícia. O Exército avisou que não iria tolerar qualquer tipo de manifestação política dentro ou fora das igrejas e o Ministro da Justiça, Gama e Silva, solicitou que as forças policiais da cidade ficassem em total prontidão contra os protestos estudantis.

Na manhã do dia 4 de abril, dia das missas, tanques do Exército ocupavam trechos da Avenida Presidente Vargas, militares vigiavam esquinas, agentes do DOPS em cima de edifícios observavam o movimento nas ruas, aviões da FAB cruzavam o céu e PMs a cavalo percorriam as imediações da Candelária. A polícia tinha prometido que não haveria violência, mas desde cedo o cenário montado pela repressão indicava o contrário. Após as missas da manhã, a polícia já demonstrava a que estava disposta, sua cavalaria dispersava a multidão e agredia indiscriminadamente quem estava pelo caminho, principalmente grupos de estudantes. A missa da noite, iniciada às 18h, era a última e a mais importante do dia. Cerca de 600 pessoas estavam presentes à celebração de Dom José de Castro Pinto, Bispo auxiliar do Rio de Janeiro. A polícia e o Exército continuavam nas imediações da Candelária, impondo terror aos presentes. Os cavaleiros mantinham seus cavalos à porta da igreja, e o frenético barulho dos cascos dava a impressão de que a qualquer momento a cavalaria invadiria a nave central. O clima era de tensão e o confronto iminente.

Ao final da missa, os padres, liderados por Dom José de Castro Pinto, negociaram uma saída pacífica para os presentes, em especial os estudantes. De mãos dadas, os religiosos fizeram um cordão de isolamento e conduziram as pessoas à saída da igreja. Apesar disso, os que seguiram pelas ruas adjacentes foram perseguidos e espancados pela polícia, tornando o Centro da cidade palco de inúmeros conflitos.

Depois desses acontecimentos, uma série de protestos estudantis aconteceu pela cidade, sempre com a repressão da polícia. A tática mais utilizada era a pichação de palavras de ordem em muros e prédios públicos e comícios-relâmpagos, que consistiam em pequenos discursos proferidos por lideranças estudantis que logo se dispersavam. O movimento crescia e se articulava. A luta por mais verbas, por maior número de vagas nas universidades, pela reabertura do restaurante Calabouço e contra o acordo MEC-Usaid estava cada vez mais associada à luta contra o regime militar, que nesse mês proibiu a Frente Ampla de Jango, Juscelino e Lacerda e viu, surpreso, a greve de operários na cidade mineira de Contagem. No 1º de maio houve grande confusão nos protestos pelo Dia do Trabalho, em São Paulo, quando o Governador paulista Abreu Sodré foi apedrejado por manifestantes, causando grande impacto no meio estudantil. Algumas semanas depois foi sancionada a Lei n. 5.439 que responsabilizava criminalmente os menores de idade envolvidos em ação contra a segurança nacional.

Em junho aumentou a intensidade dos protestos e a mobilização dos estudantes. O Ministro da Educação, Tarso Dutra, havia declarado que se dispunha a dialogar sobre as reivindicações do movimento, o que causou uma série de provocações dos estudantes. No dia 18 de junho, o *Correio da Manhã* noticiou na terceira página que os estudantes estavam desafiando o Ministro para que cumprisse sua palavra e dialogasse com eles. No dia seguinte, grande manifestação foi marcada para acontecer em frente ao MEC, ocupar seu pátio e forçar um encontro com Tarso Dutra. O objetivo era a demonstração de força e desmoralizar o Ministro com seu enterro simbólico. Cientes de que a polícia estava preparada para a repressão costumeira, os estudantes se municiaram com pedras e coquetéis *molotov*, criando pela primeira vez uma estratégia de enfrentamento explícito. Bem articuladas, as diversas entidades estudantis fizeram nas universidades um amplo trabalho de divulgação do protesto que, prevista para a manhã, só foi se concretizar perto do meio-dia.

Divididos em três colunas e partindo ao mesmo tempo de pontos diferentes, os estudantes encontraram na porta do MEC uma polícia disposta a não deixar que a manifestação tivesse início. Utilizando

blindados que disparavam jatos d'água na multidão, os famosos "brucutus", os policiais partiram para o ataque dispersando os estudantes que lá estavam. Conforme previamente combinado, eles se reagruparam na Avenida Rio Branco e montaram barricadas impedindo o fluxo dos carros. Em frente ao prédio do *Jornal do Brasil*, na esquina da Rua Sete de Setembro, os estudantes fizeram um comício e mais uma vez a polícia investiu contra os jovens que, numa atitude até então inédita, partiram para cima dos policiais. Com paus, pedras e em número maior, os estudantes conseguiram avançar até a Rua Uruguaiana. Quando a cavalaria da Polícia Militar chegou, os estudantes espalharam bolas de gude e rolhas de cortiça pelo chão fazendo com que os cavalos se desequilibrassem e caíssem.

Um caminhão do Exército foi incendiado, e o líder estudantil, Jean Marc Von der Weid, foi preso, acusado de ter sido o autor do ato. O conflito prosseguiu até a noite quando a polícia controlou por completo o centro do Rio.

No dia seguinte, o movimento estudantil decidiu se concentrar no *campus* da praia Vermelha da Universidade Federal do Rio de Janeiro, local aonde o Conselho Universitário iria se reunir. Os estudantes marcaram, para a mesma data, local e horário, uma assembleia geral, quando seriam cobradas mais verbas para o ensino, mais vagas nas universidades e as reformas curriculares. Contudo, em virtude dos acontecimentos do dia anterior, decidiram que também iriam protestar contra a violência policial e exigir a libertação dos estudantes presos.

Cerca de 2 mil estudantes tomaram as dependências do *campus* da praia Vermelha e, após invadir a reunião do Conselho Universitário, exigiram que Reitor e Professores descessem para o Teatro de Arena da Faculdade de Economia, onde estavam concentrados. Não houve violência, mas a pressão sobre os professores fez com que a maioria dos pontos defendidos pelos estudantes fosse aprovada pelo Conselho.

No início da tarde surgiram os primeiros rumores de que a universidade seria invadida pela polícia. O temor dos presentes era que se repetisse o "Massacre da Praia Vermelha", conflito acontecido em 1966 quando a polícia invadiu a Faculdade Nacional de Medicina e, com extrema violência, acabou com uma manifestação estudantil.

Algumas horas depois, a polícia já tinha cercado o prédio e a tensão tomou conta do local. Ao anoitecer, o conflito era iminente. O Reitor tentava encontrar uma solução pacífica, e a polícia, exigindo a saída imediata dos estudantes, acenava com a não-violência desde que não

houvesse nenhum tipo de agitação. O objetivo da polícia, entretanto, era a prisão do maior número possível de manifestantes.

Por volta das 19h, os estudantes, percebendo não haver possibilidade de acordo, decidiram se dividir em grupos. Como a universidade tinha várias saídas, a fuga foi facilitada, porém um grupo de cerca de 400 pessoas, o último a sair, foi preso quando tentava se refugiar no campo de futebol do Botafogo, quase vizinho ao local do conflito. Com os manifestantes presos, a polícia abusou da intimidação e da violência. Os estudantes, humilhados e agredidos foram obrigados a fazer fila indiana com as mãos na cabeça no meio do campo de futebol. Muitos tiveram de ficar deitados na calçada e outros acabaram conduzidos a delegacias da cidade. Houve relatos de abusos de todas as formas, inclusive sexuais. A televisão apareceu no local e no noticiário da noite as imagens chocaram a cidade. A classe média carioca viu seus filhos presos, espancados e humilhados, o que causou uma reação imediata e imprevista: a perda do apoio e da confiança no regime militar.

O movimento estudantil, por intermédio de suas lideranças, articulou na noite de quinta-feira uma grande passeata de protesto para o dia seguinte no centro do Rio de Janeiro. Para despistar, marcaram o ponto de encontro na Praça Tiradentes, às 8h. Tanto o local quanto o horário não eram usuais.

Vindos de vários pontos da cidade, os estudantes lotaram a praça e, após um breve comício, seguiram em caminhada em direção ao prédio do MEC. No caminho, os comerciantes, com medo, fechavam as portas de suas lojas enquanto muitas pessoas que estavam nas ruas aplaudiam a passeata. Durante o trajeto, os estudantes se municiaram de paus, pedras e barras de ferro de uma obra próxima. Ao chegarem à esquina do prédio do MEC, a polícia, em grande número, já os aguardava de prontidão. O confronto foi imediato e violento, o que obrigou os manifestantes a seguirem até a Cinelândia, onde outro grupo de estudantes se concentrava. Decidiram então caminhar até a Embaixada americana para apedrejá-la e rumar para o restaurante Calabouço, fechado há meses. Perto da Embaixada, a segurança reagiu a tiros, fazendo com que os estudantes voltassem para a Cinelândia. Pelo caminho, a liderança estudantil decidiu fazer grande passeata na Avenida Rio Branco. Enquanto se concentravam, a polícia voltou a atirar e a jogar bombas de gás lacrimogêneo tornando o centro do Rio uma verdadeira praça de guerra.

Durante todo o dia houve confronto violento, em proporções jamais vistas até então. Estudantes da Universidade Rural chegaram depois e, junto com jovens trabalhadores do Centro, engrossaram as fileiras dos manifestantes que enfrentavam a polícia. Bombas de gás lacrimogêneo eram atiradas em todas as direções, tiros eram disparados a esmo, barricadas eram montadas, chuvas de pedras caíam a todo instante e das janelas dos prédios muitas pessoas jogavam objetos nos policiais. No final do dia, a contagem oficial registrava 23 pessoas baleadas, quatro mortes, dezenas de indivíduos feridos, intoxicados e espancados e cerca de mil presos. Também foi o primeiro confronto em que um policial morreu.

A “Semana Sangrenta”, como foi nomeada a sequência dos dias 19, 20 e 21 de junho de 1968, foi decisiva para a mudança dos rumos da oposição ao regime militar brasileiro. Em virtude da grande violência policial sobre os estudantes e da ampla cobertura da imprensa, a sociedade civil passou a contestar de forma mais veemente a ditadura que se instalara desde 1964.

Logo após a “Sexta-Feira Sangrenta”, dia de maior violência nas ruas durante o período militar, grande mobilização foi articulada pelos estudantes e intelectuais como resposta ao que estava acontecendo. Almejavam grande passeata, onde a sociedade pudesse expor pacificamente seu desejo de democracia. Também não interessava ao governo que conflitos como os da semana anterior se repetissem, pois a cada incidente sua popularidade junto à classe média diminuía. Entretanto, a linha dura do regime via nesses episódios a oportunidade de ampliação do modelo repressivo, e até propôs a decretação do estado de sítio, o que não foi aceito pelo Presidente Costa e Silva, mas que, posteriormente, teria influência na criação do Ato Institucional nº 5.

Os governos estadual e federal liberaram a passeata, como forma de mostrar à população seu desejo de diálogo. Na verdade, foi um recuo estratégico, pois a proibição resultaria em um confronto ainda maior. A data escolhida foi o dia 26 de junho, uma quarta-feira. O Governador Negrão de Lima decretou ponto facultativo na esperança de esvaziar a cidade e, com isso, além de diminuir a importância da passeata, evitar possíveis confrontos.

Na manhã do dia 26 um incontável número de pessoas se concentrava na Cinelândia, em frente à Assembleia Legislativa. Primeiro chegaram os estudantes e depois artistas, padres, freiras, trabalhadores, famílias, jornalistas e intelectuais. Pouco depois do meio-dia, com a

chegada do líder estudantil, Vladimir Palmeira, iniciaram-se os discursos. Em seguida, a multidão começou a passeata seguindo em direção à Candelária pela Avenida Rio Branco, que ficou tomada de ponta a ponta. Sem a repressão policial e o clima de insegurança, o que se via eram pessoas sorridentes, de braços dados, gritando palavras de ordem e portando faixas de protesto. Das janelas dos prédios as pessoas batiam palmas e jogavam papel picado.

Quando chegou à Candelária, por volta das 16h, uma multidão de cerca de 100 mil pessoas se espalhava pelas Avenidas Rio Branco, Presidente Vargas e ruas adjacentes. Outros discursos aconteceram e uma comissão da passeata foi constituída com o objetivo de negociar com os governantes o fim da repressão policial, entre outras coisas.

No final da tarde, os estudantes se encaminharam até o Palácio Tiradentes para fazerem a última manifestação do dia. O sol já estava se pondo quando a passeata teve seu fim, contudo sua repercussão e simbolismo permaneceram para sempre na memória coletiva nacional.

Nos dias seguintes, a euforia do movimento estudantil e dos grupos que se opunham ao governo contrastava com a apreensão dos militares e a determinação dos segmentos denominados de “linha dura” em tornar o regime mais firme. No mesmo dia da Passeata dos Cem Mil, ocorreu em São Paulo um atentado à bomba contra o Quartel-General do II Exército ocasionando a morte do Soldado Mário Kozel Filho. Alguns dias antes, também na capital paulista, integrantes da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) roubaram armas de um hospital militar.

O sucesso da Passeata dos Cem Mil e o fracasso da reunião da comissão com o Presidente Costa e Silva fizeram com que o movimento estudantil promovesse uma nova manifestação na semana seguinte. No dia 4 de julho, os estudantes se reuniram no pátio do MEC e, após uma série de discursos de protesto, saíram em passeata com destino ao prédio do Superior Tribunal Militar para exigir a libertação do líder estudantil, Jean Marc Von der Weid, (solto semanas depois) e dos demais estudantes presos na “Semana Sangrenta”.

Diferente da Passeata dos Cem Mil, essa manifestação era composta basicamente por estudantes, sobretudo secundaristas. Porém, no decorrer da passeata, que foi pacífica e sem maiores incidentes, muitos transeuntes e trabalhadores do centro da cidade se juntaram a ela. O número de participantes foi calculado em aproximadamente 50 mil pessoas, embora muitos acreditem que ela tenha ultrapassado 60 mil. Quando os estudantes chegaram ao Superior Tribunal Militar, outros

discursos foram proferidos, todos objetivando a liberdade dos companheiros presos. Não houve violência e os próprios estudantes fizeram cordões de isolamento ao redor dos carros de polícia para que não houvesse quebradeiras. A dispersão foi calma e também sem incidentes. No dia seguinte, o *Correio da Manhã* exibiu a manchete “Passeata foi pacífica, mas não haverá permissão para outras”.

A Passeata dos Cinquenta Mil foi a última grande passeata de 1968. Logo em seguida, as férias escolares, o incremento da atividade repressora e uma mudança na estratégia do movimento estudantil fizeram com que as grandes passeatas fossem deixadas de lado. A partir desse momento, o movimento gradativamente entrou em declínio. O Presidente Costa e Silva, durante reunião do Conselho de Segurança Nacional, pensou em decretar o estado de sítio, preferindo, contudo, aguardar o desenrolar da situação, enquanto setores mais radicais do governo o pressionavam para que medidas mais severas fossem tomadas. Nesse mesmo mês, ocorreu a greve dos trabalhadores em Osasco, São Paulo, a depredação do Teatro Opinião, onde se encenava a peça *Roda viva* de Chico Buarque, e o atentado à bomba contra a Associação Brasileira de Imprensa.

Todos os protestos foram reprimidos e as manifestações terminantemente proibidas. Na Guanabara, Vladimir Palmeira foi preso e estudantes entraram em greve por sua liberdade. A UFMG e a UnB foram invadidas por forças militares. A liberdade de Vladimir Palmeira só ocorreu em setembro por meio do *habeas corpus* conseguido pelo advogado Marcello Alencar, que futuramente seria Governador do Rio de Janeiro. Nesse mesmo mês, o Deputado e ex-jornalista do *Correio da Manhã*, Márcio Moreira Alves, durante discurso no Congresso Nacional em que criticava a invasão da UnB, pergunta: “Quando não será o Exército um valhacouto de torturadores?” Em um segundo discurso, dias depois, Alves sugere ironicamente que as namoradas dos jovens militares os evitem e que sejam boicotados os desfiles de 7 de setembro. Tais discursos desagradaram profundamente às Forças Armadas que se sentiram desrespeitadas por um notório adversário do regime.

No início de outubro, aconteceu a “Invasão da Maria Antônia” quando grupos paramilitares de direita, liderados pelo Comando de Caça aos Comunistas, ocuparam violentamente a Faculdade de Filosofia da USP provocando a morte de um estudante. Alguns dias depois, a atriz Norma Bengel é sequestrada em São Paulo, espancada e liberada no Rio de Janeiro. Nesse mês foi realizado clandestinamente, em Ibiúna, interior de São Paulo, o XXX Congresso da UNE, quando seria eleito o próximo

Presidente da entidade. As autoridades já sabiam que ele iria acontecer, mesmo com a tentativa dos estudantes de despistar a polícia com indicações de falsos congressos em outras cidades. Como estratégia para se evitar novas prisões, as passeatas e comícios-relâmpagos tinham sido suspensos pelos estudantes semanas antes. No dia 12 de outubro, quando a polícia invadiu o sítio em que se realizava o Congresso, mais de mil estudantes de todo país e de diversas correntes políticas estavam presentes. Todos foram presos, inclusive as principais lideranças. Foi o golpe de misericórdia no movimento estudantil.

Houve algumas manifestações em favor da liberdade dos estudantes, coibida com grande repressão. No dia 22 de outubro, em uma manifestação em frente ao Hospital Universitário Pedro Ernesto, da Universidade do Estado da Guanabara (UEG), zona norte do Rio de Janeiro, os estudantes, como forma de protesto, pretendiam inaugurar a estátua “Liberdade 68”, um boneco de gorila com uniforme de polícia e uma metralhadora no lugar da tocha. Agentes do DOPS que vigiavam o local impediram violentamente a manifestação e durante o embate que se seguiu o estudante de medicina, Luís Paulo da Cruz, foi atingido por um tiro na cabeça e veio a falecer. A repressão continuou intensa nas semanas seguintes. O contexto político e a prisão das principais lideranças estudantis de todo país fizeram com que as manifestações de rua se tornassem cada vez mais raras.

Durante todo o mês de novembro houve intensa pressão dos comandos militares para que o Deputado Márcio Moreira Alves fosse licenciado pela Câmara dos Deputados para que fosse processado pelos discursos proferidos em setembro. Inúmeros setores das Forças Armadas desejam que o governo endureça o regime.

No dia 10 de dezembro, o Supremo Tribunal Federal determina a liberação dos estudantes que estavam presos. Três dias depois, em 13 de dezembro, diante da recusa do Congresso Nacional em licenciar o Deputado Márcio Moreira Alves para ser processado, o governo, utilizando tal fato como pretexto (ou como gota d'água como preferem alguns), decretou o Ato Institucional n. 5, fechando o Congresso, cassando mandados, decretando o estado de sítio, proibindo qualquer tipo de reunião e criando a censura prévia. A ditadura que era de fato tornara-se também de direito. O “golpe dentro do golpe” como muitos se referem ou a “revolução dentro da revolução” como alguns militares preferem deu início aos “Anos de chumbo”, período de enfrentamento armado nas cidades e no campo, de prisões, sequestros, mortes, torturas, banimentos e desaparecimentos. Muitos estudantes que nos anos

anteriores protestavam contra as condições do ensino e contra o governo, ingressaram na luta armada ou a apoiaram logisticamente. Inúmeros não sobreviveram, outros se encontram desaparecidos até hoje.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Há inúmeros estudos e interpretações sobre a importância e a consequência dos episódios aqui narrados, sobretudo os que aconteceram em 1968. Não é objetivo deste trabalho analisar o impacto das manifestações estudantis na condução da política de segurança interna do regime militar naquele momento, muito menos estabelecer um elo de causa e consequência desses protestos com o endurecimento do regime. Contudo, observando documentos secretos do governo em 1968, no ápice dos protestos de rua, percebemos a grande preocupação do regime militar em conter o crescimento “subversivo” em curso. O movimento estudantil, com suas passeatas e protestos, tornou-se o principal foco dessa preocupação e a imprensa, tida como local de infiltração comunista e de oposição ao governo, foi percebida como sensacionalista por fazer apologia às reivindicações estudantis, sobretudo nas manchetes e fotografias sobre as passeatas e conflitos entre estudantes e policiais nas ruas do Rio de Janeiro.

Encontramos essa análise na 41ª Sessão do Conselho de Segurança Nacional (CSN), órgão que tinha por finalidade o assessoramento ao Presidente da República na formulação e condução da política de segurança nacional, presidido pelo próprio Presidente e composto pelo vice-Presidente, Ministros de Estado, Chefes do gabinete civil e militar da Presidência, Chefes do Serviço Nacional de Informação (SNI), do Estado-Maior das Forças Armadas e dos Estados-Maiores da Marinha, Exército e Aeronáutica. Essa sessão, iniciada em 1º de julho de 1968 e concluída no dia 11 do mesmo mês no Rio de Janeiro, ou seja, poucos dias depois da Semana Sangrenta e das Passeatas dos Cem e Cinquenta Mil, foi pautada pela grande preocupação do governo em relação ao agravamento da situação nas ruas, sobretudo no Rio de Janeiro. O Secretário-geral do CSN, o General Jayme Portella de Mello, inicia a reunião analisando a conjuntura política do país destacando que a situação nacional estava sendo tumultuada pelas manifestações de massa, atos de terrorismo e sabotagem que caracterizavam atentados violentos à ordem pública e ao regime, causando apreensão nas forças armadas e sensação de insegurança na população. Para Portella, era claro que a contrarrevolução estava em curso, promovida, sobretudo, pela classe

estudantil que, segundo sua análise, era manipulada por extremistas de esquerda:

A atual conjuntura nacional se configura, nítida, num quadro de guerra revolucionária, com ações de terrorismo em escala crescente, caminhando, particularmente, para a guerrilha urbana. A continuidade da evolução da situação, nas condições atuais, conduzirá em curto prazo, a um agravamento intolerável, com comprometimento da ordem pública e da política econômico-financeira do governo, e, ameaça ao regime. A adoção imediata de uma série de medidas políticas, econômicas, sociais e de segurança, todas elas enérgicas, profundas e de grande alcance, poderá impedir a concretização da hipótese acima. É indispensável a coordenação e o entrosamento dessas ações de nível federal com a atuação dos governos estaduais.²

Concluída a explanação do Secretário-geral, o Presidente da República, Marechal Artur da Costa e Silva, que também preside o Conselho de Segurança Nacional, distribuiu aos conselheiros um relatório sobre a questão de segurança interna em um resumo da conjuntura política do país, ressaltando a confidencialidade e a condição de ultrassecreto do que seria exposto. Em seguida, o Chefe do SNI, General Emílio Garrastazu Médici, que viria a ser o próximo Presidente da República, inicia o relato da Síntese da Conjuntura Nacional preparada pelo SNI e que analisa diversos temas como a Frente Ampla, a oposição ao regime, as atividades de civis cassados e militares reformados pelos atos institucionais, eclesiásticos, trabalhadores, grupos econômicos estrangeiros contrários ao governo, as atividades subversivas e a imprensa. Quanto ao movimento estudantil, o chefe do SNI fez ampla explanação contextualizando sua atuação, práticas e objetivos, bem como descrevendo sua história recente. Para Médici, o que se via nas ruas não eram reivindicações estudantis e sim um movimento para derrubar o governo revolucionário de 1964, por meio de atos terroristas que iriam desencadear a guerrilha urbana que serviria para implantação de uma revolução comunista.³

Fica claro ao observarmos tais análises que o governo encarava os fatos acontecidos como o início de uma guerrilha urbana subversiva. No decorrer da 41ª sessão, todos os conselheiros, incluindo os Ministros

² Arquivo Nacional. Ata da 41ª Sessão do Conselho de Segurança Nacional, p. 7.

³ Arquivo Nacional. Ata da 41ª Sessão do Conselho de Segurança Nacional, p. 12-13.

civis, reiteraram a necessidade do endurecimento do governo frente ao crescente clima de instabilidade política provocado pelas manifestações de rua. Segundo Carlos Fico, “a partir de então, a linha dura passou a agir de modo obviamente articulado no sentido de implantar um clima de terror visando a decretação do AI-5” (FICO, 2009, p. 235-236). As passeatas, manifestações e protestos dos estudantes a partir de 1964 e que teve como ápice 1968, foram decisivos para uma mudança de rumos do regime militar e dos movimentos de oposição.

REFERÊNCIAS

- BARBOSA, Marialva. *História cultural da imprensa: Brasil 1900-2000*. Rio de Janeiro: Mauad, 2007.
- BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- CHAGAS, Carlos. *113 dias de angústia: impedimento e morte de um presidente*. Porto Alegre: LP&M, 1979.
- FICO, Carlos. 1968: o ano que terminou mal. In: FICO, Carlos; ARAUJO, Maria Paula (org.). *1968: 40 anos depois: História e Memória*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2009. p. 223-238.
- GADDIS, John Lewis. *Paisagens da História: como os historiadores mapeiam o passado*. Rio de Janeiro: Campus, 2003.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro Editora, 2006.
- NORA, Pierre. *Entre Memória e História: a problemática dos lugares*. São Paulo: PUC/SP, 1984.
- RIBEIRO, Ana Paula Goulart. *Imprensa e História no Rio de Janeiro dos Anos 50*. Rio de Janeiro: E-papers, 2007.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. *Invasão da FNM: 40 anos*. Rio de Janeiro, 2006.

